

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA.
NACIONAL SECURITIZADORA S.A.

Data, hora e local: Aos 18 de outubro de 2023, às 14:00 horas, na Avenida T-04, nº 619, Quadra 141, Lotes 04/05, Sala 1413 A, Condomínio Buena Vista Office, Setor Bueno, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.230-085. **Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores da sociedade, representando a totalidade dos subscritores do capital social, qualificados no Boletim de Subscrição, a saber: **Lenoir José de Araújo, Sueli de Fátima da Silva e Araújo, Renato Silva de Araújo e Fernando Silva de Araújo.** **Convocação:** Dispensada a convocação prévia conforme §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **Composição da mesa:** Presidente Sr. **Lenoir José de Araújo**, Secretária Sra. **Sueli de Fátima da Silva e Araújo.** **ORDEN DO DIA E DELIBERAÇÕES:** O Senhor Presidente declarou instalada a Assembleia de Constituição da **NACIONAL SECURITIZADORA S.A.**, com o nome de fantasia **NACIONAL SECURITIZADORA**, e por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições foi deliberado: **1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social** – Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Senhor Presidente da mesa submeteu-a a discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **NACIONAL SECURITIZADORA S.A.** a ter a redação estabelecida no Anexo I da Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. **2) Boletim de Subscrição das Ações** – Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição I – a) Nome: **Lenoir José de Araújo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida T-04, Quadra 129, Lotes 8/9, apto. 1200, Condomínio Residencial La Rochele, Setor Bueno, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.230-030, inscrito no CPF nº ***.731.701-**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº ***58270** expedida em 03/05/2023 pela Secretaria Nacional de Trânsito - GO, com validade em 02/05/2030; **b) Sueli de Fátima da Silva e Araújo**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, analista judiciário, residente e domiciliada na Avenida T-04, Quadra 129, Lotes 8/9, apto. 1200, Condomínio Residencial La Rochele, Setor Bueno, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.230-030, inscrita no CPF nº ***504.201-**, portadora da Carteira Profissional matrícula nº ***8.18.6** expedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em 19/12/1996; **c) Renato Silva de Araújo**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Avenida T-04, Quadra 129, Lotes 8/9, apto. 1200, Condomínio Residencial La Rochele, Setor Bueno, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.230-030, inscrito no CPF nº ***504.451-**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº ***734251** expedida em 03/07/2020 pelo Departamento Nacional de Trânsito - GO, com validade em 16/01/2024. **3) Aprovar o capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Aprovada neste ato a subscrição das ações, em moeda nacional. Distribuição por subscritor: **Lenoir José de Araújo** – 97% (noventa e sete por cento) ações; **Sueli de Fátima da Silva e Araújo** – 1% (um por cento) ações; **Renato Silva de Araújo** – 1% (um por cento) ações; **Fernando Silva de Araújo** – 1% (um por cento) ações. O capital encontra-se integralizado em 10,00% (dez por cento), tendo sido constatada a realização de depósito em moeda corrente do País, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., nos termos dos artigos 80, I e III e 81 da Lei nº 6.404, de 1976, tudo de acordo com o Boletim de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nº I e nº II, anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. **3.1) O restante do Capital Social**, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), representado por 9.000 (nove mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, será totalmente integralizado em moeda corrente nacional em até 60 (sessenta) dias após os registros dos atos constitutivos na JUCEF/GO. **4) Eleição dos Membros da Diretoria e Definição da Remuneração Global dos Diretores** – Os acionistas aprovaram a eleição do Sr. **LENOIR JOSÉ DE ARAÚJO**, qualificado acima, como **Diretor Presidente**, do Sr. **RENATO SILVA DE ARAÚJO**, qualificada acima, como **Diretor Vice-Presidente** e do Sr. **FERNANDO SILVA DE ARAÚJO**, qualificado acima, como **Diretor sem Designação Específica**, todos com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **4.1) Aprovar a remuneração global anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** para os membros da Diretoria, sendo no mínimo de um salário mínimo para cada Diretor. **4.2) Os membros da Diretoria** ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração de sociedades e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. **5) Definição dos períodos nos quais serão efetuadas as publicações legais** – Os acionistas decidiram que as publicações previstas na Lei nº 6.404, de 1976, quando imprescindíveis, serão realizadas conforme o disposto no artigo 294 da citada normativa e Portaria ME nº 12.071, de 7 de outubro de 2021. **6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia** – Os acionistas aprovaram que a sede da Companhia será no município de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida T-04, nº 619, Quadra 141, Lotes 04/05, Sala 1413 A, Condomínio Buena Vista Office, Setor Bueno, CEP: 74.230-085. **ENCERRAMENTO:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da mesa, depois de observadas as formalidades legais, e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a Companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente Ata, a qual vai ao final assinada por **Lenoir José de Araújo**, Presidente da mesa, **Sueli de Fátima da Silva e Araújo**, Secretária da mesa, e pelos acionistas fundadores e membros da Diretoria. Antes, porém, transcreve-se o **ESTATUTO SOCIAL, DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE E DURAÇÃO.** **Artigo 1º - NACIONAL SECURITIZADORA S.A.**, doravante simplesmente referida como “Companhia”, com nome de fantasia **NACIONAL SECURITIZADORA**, é uma sociedade por ações regida por este Estatuto Social e pelas disposições constantes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e outras que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** – A Companhia tem sua sede no município de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida T-04, nº 619, Quadra 141, Lotes 04/05, Sala 1413 A, Condomínio Buena Vista Office, Setor Bueno, CEP: 74.230-085, sendo facultada, por deliberação dos acionistas, a abertura de filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade do país ou no exterior. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto: a) a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, realizados por um performer, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização; b) emissão e colocação privada de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios; c) cessão e reacquirição dos direitos creditórios; d) a prestação de garantias para os valores mobiliários por ela emitidos. **CNAE 6492-10.00. Parágrafo único** – A Companhia não poderá, em hipótese alguma, participar do capital de qualquer sociedade, nem integrar grupo de sociedades, bem com conceder fianças ou avais em favor de terceiros quaisquer. **Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES.** **Artigo 5º** – O capital social totalmente subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo primeiro:** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo segundo:** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas”. **Parágrafo terceiro:** A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, observando o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo quarto:** As ações, ou títulos múltiplos, ou as cautelas que as representem, serão assinadas pela **Diretor Presidente**. **DA ADMINISTRAÇÃO.** **Artigo 6º** – A administração da Companhia compete à **Diretoria**, que terá suas atribuições conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social, estando dispensada de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro:** Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração do(s) administrador(es) da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então, aos Diretores, deliberarem sobre a sua distribuição. **Parágrafo segundo:** A abertura de contas bancárias em nome da Companhia será realizada **obrigatoriamente** com a assinatura do Diretor Presidente, mas a movimentação da conta poderá ocorrer mediante a **assinatura isolada** de qualquer dos membros da **Diretoria**, que poderão, também **isoladamente**, solicitar senhas, token, enviar arquivos de cobranças para registros, receber retorno, dar ordem de cartório, solicitar baixas, efetuar pagamento de boletos bancários, fazer Doc’s e PIX’s. **Parágrafo terceiro:** É admitida a outorga de procurações pela Companhia, sendo **obrigatória** a assinatura do **Diretor Presidente**, devendo estipular especificadamente os poderes conferidos, e com exceção das procurações “ad judicium”, terão período de validade que não poderá exceder a 01 (um) ano. **Parágrafo quarto:** Os atos e documentos que importem na assunção de obrigações, aceite, aval, fiança, bem como a alienação, oneração, transferência ou hipoteca dos bens, móveis ou imóveis, compra e venda de ações e quotas, somente serão realizados com a assinatura do **Diretor Presidente**. **Parágrafo quinto:** É vedado aos Diretores concederem fianças, avais ou qualquer outro documento em nome da Companhia, de modo a favorecer terceiros, em negócios que lhe sejam alheios. Também é vedado a assunção de obrigações, empréstimos e financiamentos, exceto os aprovados por 100% dos acionistas, sob pena de não produzirem efeitos perante a Companhia. **Artigo 7º** – Compete à **Diretoria** a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo único:** A Companhia poderá ser **excepcionalmente** representada por 02 (dois) Procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes específicos, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 6º. **DA DIRETORIA.** **Artigo 8º** – A Diretoria será composta por 1 (um) ou mais membros, acionistas ou não, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis, a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. **Parágrafo primeiro:** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a recondução, sendo que no período que ocuparem o cargo, farão jus a **pró-labore** mensal a ser definido em Assembleia. **Parágrafo segundo:** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo terceiro:** Findo o prazo de gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo quarto:** Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para eleger novo Diretor. **Parágrafo quinto:** Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria. **Parágrafo sexto:** A Diretoria se reunirá todas as vezes que for necessário ou conveniente, lavrando-se atas de suas deliberações em livro competente. **Artigo 9º** – Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura do cargo será feita por tempo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”, assinado pelo respectivo Diretor, independentemente de qualquer caução ou garantia de sua gestão. **Artigo 10** – Compete ao **Diretor Presidente**: I. Submeter à aprovação da Assembleia Geral os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados. II. Coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões. III. Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como, estabelecer os critérios para a execução das liberações da Assembleia Geral. IV. Coordenar as atividades das áreas financeiras, tesouraria, controladoria, sistemas de informática e jurídica da sociedade. V. Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia. VI. Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. **Artigo 11.** Compete ao **Diretor Vice-Presidente**: I. substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos; II. apoiar o Diretor Presidente no relacionamento com órgãos governamentais; III. exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. **CONSELHO FISCAL.** **Artigo 12.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, o qual funcionará em caráter **não permanente**. **Par. primeiro:** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas. **Par. segundo:** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus a remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **Par. terceiro:** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as suas atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Par. quarto:** No impedimento de qualquer dos membros efetivos do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente mais votado e, em caso de empate, pelo mais idoso. **DA ASSEMBLEIA GERAL.** **Artigo 13** – A Assembleia Geral reunir-se-á, **ordinariamente**, uma vez ao ano, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, **extraordinariamente**, quando convocada, a fim de discutir assuntos de interesse da Companhia, ou quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos acionistas, devendo ser convocada: a) por iniciativa do Diretor Presidente, ou b) pelos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Par. primeiro:** Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. **Par. segundo:** A representação do acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia. **Par. terceiro:** A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 14** – É necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade do capital social com direito a voto, para: a) as matérias listadas no art. 136 da Lei nº 6.404/76; b) alterações deste Estatuto Social; c) emissão de bônus de subscrição, a adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações; d) emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; e) distribuição de dividendos, em cada exercício, em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei; f) atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregadores) de participação nos lucros da Companhia; g) aumento de capital por subscrição, bem como a redução do capital social, para restituição aos acionistas. **DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO.** **Artigo 15** – O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **Par. primeiro:** A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: I – 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; II – 25% (vinte e cinco por cento) de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e III – pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. **Par. segundo:** O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 16** – Será distribuído em cada exercício social, com dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor. **Par. único:** O montante a ser distribuído será aquele já diminuído pela importância destinada à constituição da reserva legal e da importância destinada à formação da reserva para contingência formada em exercícios anteriores. **Artigo 17** – A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo e obrigatório. A qualquer tempo durante o exercício social, a Diretoria poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes no último balancete ou balancete levantado pela Companhia. **Artigo 18** – Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela administração. **Par. único** – Os direitos, as obrigações e as responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham os mesmos sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia ou nos registros mantidos pela instituição depositária das ações e consignados nos certificados de ações, se emitidos, ou nas contas de depósito mantidas em nome dos acionistas junto à instituição depositária das ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou o Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não deverá computar o(s) voto(s) proferido(s) por acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Artigo 19** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá à Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. No período de liquidação da Companhia, a Administração continuará em funcionamento. **Artigo 20** – Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição, ficando os Diretores responsabilizados pelo seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás e demais órgãos competentes. **JUCEG:** Certifico o registro em 12/12/2023, 14:51 sob nº 52300047625. Protocolo: 233638920 de 12/12/2023. Código de verificação: 12317701040. CNPJ da sede: 53176704000186. NIRE: 52300047625. Com efeitos do registro em: 12/12/2023. Nacional Securitizadora S.A. Paula Nunes Lobo Veloso Rossi, Secretária – Geral. www.portaldompreendedor-goiano.gov.br

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 19 Dezembro 2025, 18:12:16



Documento: NACIONAL SECURITIZADORA - 3x25 - 20-12.Pdf

Número: 1d212266-7b66-4bfe-bb66-53aa79ff4fc4

Data da criação: 19 Dezembro 2025, 18:12:05

Hash do documento original (SHA256): 7b4c83ab5f4e58774cd0f78cef1d70adc368ddc9de5070cbdebc0d5957427699



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1d212266-7b66-4bfe-bb66-53aa79ff4fc4, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 1d212266-7b66-4bfe-bb66-53aa79ff4fc4. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 19 Dezembro 2025, 18:12:16

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1d212266-7b66-4bfe-bb66-53aa79ff4fc4, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br